



Artigo

João Henrique Umbelino de Araújo
Juliana Dias Boaretto
Vânia de Fátima Matias
Claudio Kravchychyn

Recebido: 8 de setembro 2025

Revisado: 1 de dezembro 2025

Aceito: 03 de dezembro 2025

Publicado: 15 de dezembro 2025

Educação especial, educação física e esporte nas APAEs do Paraná: percurso histórico e contexto atual

Resumo

O estudo teve por objetivo analisar o esporte como conteúdo temático da educação física escolar e como atividade extracurricular no contexto das APAEs do estado do Paraná, Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e histórico. A coleta de dados se deu por meio da consulta a leis e documentos normativos e curriculares relacionados à temática de pesquisa. Concluiu-se que a fundação, desenvolvimento e consolidação das APAES, especialmente no Paraná, onde atuam como escolas de educação básica, modalidade de educação especial, denota a gradativa valorização ao processo educacional de pessoas com deficiência. E que o esporte, oferecido como conteúdo do componente curricular educação física e como atividade extracurricular, desenvolve papel fundamental no desenvolvimento e na inclusão social de alunos com diferentes deficiências.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Física; Esporte.

Special Education, Physical Education and Sports in APAEs in the State of Paraná: historical path and current context

Abstract

This study aimed to analyze sport as a thematic content of school physical education and as an extracurricular activity in the context of APAEs (Association of Parents and Friends of Exceptional Children) in the state of Paraná, Brazil. It is a qualitative, documentary, and historical research study. Data collection was carried out through consultation of laws and normative and curricular documents related to the research topic. It was concluded that the foundation, development, and consolidation of APAEs, especially in Paraná, where they operate as basic education schools, a special education modality, denotes the gradual appreciation of the educational process for people with disabilities. Furthermore, sport, offered as content within the physical education curriculum and as an extracurricular activity, plays a fundamental role in the development and social inclusion of students with different disabilities.

Keywords: Special Education; Physical Education; Sports.

Introdução

Desde a década de 1980, por meio de leis, documentos normativos e políticas voltadas à educação especial e à inclusão, observa-se no Brasil a busca pelo aprimoramento no atendimento a estudantes com deficiência¹, que por muito tempo viveram excluídos da sociedade.

¹ Atualmente, a denominação a ser considerada é ‘pessoa com deficiência’. Relacionados à educação, podem ser utilizados os termos ‘alunos’ ou ‘estudantes’ com deficiência (Mariussi, Gisi & Eyng, 2016).

A partir da última Carta Constitucional (Brasil, 1988), que estabelece a educação como ‘[...] direito de todos e dever do Estado e da família’ (art. 205), e o princípio de ‘[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola’ (art. 206), termos como ‘deficiência’, ‘deficiente’, ‘portador de deficiência’ e ‘portador de necessidades especiais’ vêm sendo empregados em textos de políticas públicas (Aranha, 2005).

Porém, décadas antes desse movimento de reconhecimento e inclusão efetiva de pessoas com deficiência, os anos 1950 marcam o surgimento da Associação de Pais e Amigos dos Expcionais² (APAE), movimento que gradativamente se espalhou pelo Brasil. Como entidade privada, de caráter filantrópico e assistencial da sociedade civil, inicialmente a APAE tinha por objetivos: a incorporação de pessoas com deficiência na sociedade; a oferta de suporte às suas famílias, por meio de atendimento assistencial médico-terapêutico; e a sensibilização e mobilização do Estado para apoio a esse processo. Entretanto, desde sua criação, a entidade já esboçava atendimentos na linha educacional (Silva, 2000; Hykavei Júnior, 2022).

O atendimento se manteve principalmente nas funções de cuidado até a década de 1970. Nesse período, a partir de 1973, o ensino e prática do esporte³ – que apresenta o paradesporto⁴ como alternativa institucionalizada às modalidades esportivas tradicionais – passou a compor oficialmente o rol de atividades das APAEs, por meio de atividades cotidianas e eventos internos e inter-unidades, que as integravam regional e nacionalmente (Leitão, 2002).

Na década seguinte houve forte expansão e interiorização, com a abertura de diversas unidades da APAE pelo país. Nos anos 1990, após força-tarefa para ampliação do atendimento, houve gradual redução do foco ao assistencialismo e maximização do caráter educacional das APAEs, processo que promoveu a consolidação de suas unidades como centros especializados de atendimento educacional (Silva, 2000), com a manutenção da integração das atividades esportivas ao processo educacional (Leitão, 2002).

Em 2008, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008) orientou as escolas especiais a reorganizarem seus atendimentos, passando de caráter substitutivo de escolarização para atividade complementar ou suplementar, a ser realizada em centros de atendimento educacional especializados (Rosseto & Piaia, 2015).

Diante desse quadro, a Federação da APAEs do Paraná (FEAPAES-PR) trabalhou ativamente junto à Secretaria Estadual de Educação (SEED) e ao Departamento de Educação

² O termo ‘expcionais’ era o utilizado na época da fundação da Associação (Leitão, 2002).

³ “Esporte” e “desporto” são termos utilizados no texto respeitando a originalidade das citações. Ambos referenciam o mesmo fenômeno sociocultural.

⁴ Esporte desenvolvido para pessoas com deficiência visual, física, auditiva ou intelectual; congênita ou adquirida; nas formas de inclusão, participação, educação ou competição (Araújo, 2011).

Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), da mesma secretaria, para manter as escolas especiais em funcionamento, movimento que contribuiu para a geração de documento orientador próprio para o estado: a Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PARANÁ, 2009).

A partir de 2010, a SEED, a FEAPAES-PR e suas coirmãs – a Federação Estadual das Instituições de Reabilitação e a Associação Pestalozzi – se organizaram conjuntamente para pleitear o reconhecimento legal das escolas especiais como ‘escolas de educação básica, modalidade de educação especial’ junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE) (Rosseto & Piaia, 2015).

Essa ação objetivou o credenciamento dessas instituições para oferecer os anos iniciais do ensino fundamental e a educação de jovens e adultos (EJA) – Fase I a estudantes com deficiência, que se materializou por meio do parecer do CEE, envolvendo as Câmaras da educação infantil e do ensino fundamental (CEIF) e do ensino médio e da educação profissional técnica de nível médio (CEMEP) nº 07/14 (Paraná, 2014), com ajustes, adequações à legislação e busca de superação de uma lacuna na temporalidade e finalidade da educação especial (Rosseto & Piaia, 2015).

Em 2018, com a efetividade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), as habilidades da educação física para o ensino fundamental – anos iniciais foram organizadas em dois blocos: 1º e 2º anos (1º Ciclo) e 3º ao 5º ano (2º ciclo). Portanto, todas as unidades escolares do país precisaram se organizar e implantar tais habilidades e conteúdos. Sob essa organização, surge o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações (Paraná, 2018a).

Na educação especial, foi necessário ajustar e flexibilizar conteúdos, por meio de um referencial pedagógico para as escolas de educação básica, modalidade de educação especial. Para a educação física, é possível identificar a seleção de conteúdos em cada um dos ciclos, mas ainda não se define a progressão das habilidades e conteúdos no contexto dessas escolas (Paraná, 2018b).

É importante ressaltar o papel da educação física e do esporte nessas instituições, pois durante todo o percurso escolar dos alunos com diferentes deficiências, o fenômeno esportivo muito se associa a habilidades e capacidades que podem ser estimuladas e trabalhadas nas aulas de educação física e em atividades extracurriculares.

Como escolas de educação básica, as APAEs do Paraná precisaram adequar seus currículos aos documentos normativos nacionais e estaduais para a educação especial e, consequentemente, para o componente curricular educação física a ser trabalhado nessa modalidade de ensino. Assim, apresenta-se a necessidade de estudos que discutam e analisem a oferta do esporte como objeto de conhecimento que integra a educação física escolar e como atividade formativa extracurricular no âmbito da educação especial.

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar o esporte como conteúdo temático da educação física escolar e como atividade extracurricular no contexto das APAEs do estado do Paraná, Brasil.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e histórico, que aborda a trajetória institucional das APAEs no Brasil e no estado do Paraná, bem como características formativas da educação física e do esporte nesse contexto.

A pesquisa documental recorre a fontes primárias, materiais que ainda não receberam tratamento analítico. A característica histórica do estudo advém da necessidade de compreensão do passado produzido pelo homem ou por sua interferência, a partir de análises de fontes diversas (Oliveira, 2007; Barros, 2012).

A coleta de dados se deu por meio da consulta a leis e documentos normativos e curriculares, a saber: a) Legislação: Constituição Federal (Brasil, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996); PNNEPEI (Brasil, 2008); Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PEEEPI) (Paraná, 2009); Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014); b) Resoluções/Instruções/Informações: Resolução Nº 3600/2011 SEED (Paraná, 2011); c) Pareceres: CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 (Paraná, 2014); CEE/CEIF/CEMEP nº 128/18 (Paraná, 2018c); d) Documentos curriculares: Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações (Paraná, 2018a); Referências Pedagógicas para as Escolas de Educação Básica na modalidade da Educação Especial (Paraná, 2018b); BNCC (Brasil, 2018). Os dados obtidos foram discutidos e analisados à luz de estudiosos e pesquisadores sobre a temática ora tratada.

A APAE no Brasil

Há quase sete décadas, O surgimento da APAE ocorreu mediante o anseio e a união dos pais e amigos de pessoas com deficiência, que mobilizou pessoas sem formação especializada e profissionais (médicos, professores, psicólogos, etc.) ligados aos campos da habilitação, reabilitação, assistência e saúde. Adiante, a expansão e aprimoramento institucional das APAEs suscitou uma articulação formal e mais organizada entre esses atores (Bezerra, 2020).

Após a primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, em 10 de novembro de 1962, em São Paulo, foi constituída a Federação Nacional das APAEs, atualmente denominada ‘APAE

Brasil', com funções executivas. Dessa forma, alavancou-se a criação de unidades da instituição pelo país. Com essa expansão, convencionou-se tratá-la como 'movimento apaeano' (Silva, 2000).

O movimento apaeano destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade. Atualmente a APAE está presente nas cinco Regiões do Brasil, em todos os estados e no Distrito Federal (Quadro 1).

Quadro 1 – Unidades da APAE no Brasil.

REGIÃO	ESTADO	Nº DE UNIDADES
NORTE	Acre	5
	Amapá	4
	Amazonas	14
	Pará	35
	Rondônia	35
	Roraima	1
	Tocantins	43
NORDESTE	Alagoas	6
	Bahia	79
	Ceará	32
	Maranhão	69
	Paraíba	19
	Pernambuco	26
	Piauí	44
	Rio Grande do Norte	16
	Sergipe	6
CENTRO-OESTE	Goiás	49
	Mato Grosso	65
	Mato Grosso do Sul	62
	Distrito Federal	1
SUDESTE	Espírito Santo	42
	Minas Gerais	431
	Rio de Janeiro	62
	São Paulo	312
SUL	Paraná	348
	Santa Catarina	198
	Rio Grande do Sul	210

Fonte: APAE Brasil (2018)⁵.

A última atualização publicada pela APAE Brasil (2018) apresenta a listagem de 2.214 unidades da APAE em funcionamento no país. A região Sudeste abriga a maioria dessas unidades (847), seguida em quantitativo pelas regiões Sul (756), Nordeste (297), Centro-Oeste (177) e Norte (137). Os três estados com maior número de unidades registradas são Minas Gerais (431), Paraná

⁵ Segundo registro em seu site oficial (<https://apaembrasil.org.br/conteudo/quem-somos>), a APAE Brasil é uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como benfeitor social, de caráter cultural, assistencial e educacional.

(348) e São Paulo (312). Nesse panorama, o destaque ao Paraná se dá pela proporcionalidade entre a população (com e sem deficiência) e o número de unidades de cada estado⁶.

O processo de criação e difusão ora apresentado denota a excelência institucional das APAEs, bem como o reconhecimento da sociedade ao serviço educacional especializado e de inclusão social prestado às pessoas com deficiência do país (Lopes & Marquezine, 2012).

Ressaltando a consolidação da vertente educacional, Hykavei Júnior (2022) afirma que nas escolas especiais mantidas pela APAE a vertente predominante é a do atendimento pedagógico, que proporciona ao estudante vivências e oportunidades que fazem parte de seu cotidiano, respeitando as limitações e potencialidades individuais.

Em 2008, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SEESP) do Ministério da Educação (MEC) aprovou a PNEEPEI (Brasil, 2008), que perspectiva a inclusão de pessoas com deficiência, mediante a inserção destas no ambiente escolar comum. Diante disso, as APAES se organizaram como movimento social, levando APAE Brasil a buscar articulação em estados e municípios para a manutenção da escolarização nas escolas especiais.

Mais recentemente, o PNE (Brasil, 2014, Meta 4), prevê “[...] universalizar o ensino para a população de quatro a 17 anos com deficiências múltiplas e/ou intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O percurso histórico desde a criação da APAE e de sua propagação em rede demonstra a preocupação de efetivação da inclusão de estudantes com deficiência à educação básica. A perspectiva da inclusão no ensino regular obviamente é legítima e faz parte dos objetivos da própria instituição, mas precisa necessariamente ser permeada por critérios técnicos e educacionais balizados pela ciência e priorizar a participação das famílias no processo decisório. Dessa forma, a inclusão ocorre quando possível e gradativamente, seguindo uma organização que envolve planejamento e preparação das escolas para receber os estudantes, com recursos apropriados, acessibilidade física e ações para a preparação de professores, demais alunos e comunidade escolar.

Considerando esse panorama, passamos a abordar o caso da educação especial na educação básica do estado do Paraná, que mantém a perspectiva da inclusão e a rede de escolas de educação especial como opção criteriosa de ensino a crianças, adolescentes, jovens e adultos do estado.

As Escolas Especiais no Paraná

⁶ Segundo o Censo do IBGE (2022), em número de habitantes e de percentual de pessoas com deficiência: São Paulo: 44.411.238 (6,3% de pessoas com deficiência); Minas Gerais: 20.539.989 (7,3% de pessoas com deficiência); Paraná: 11.444.380 (6,4% de pessoas com deficiência).

Com a promulgação da LDBEN (Brasil, 1996) deu-se a opção para a família escolher a melhor escola para seus filhos, utilizando o termo ‘preferencialmente’ para alunos com deficiência nas escolas comuns. Essa condição fez com que escolas especializadas conseguissem se manter e se estruturar. O estado do Paraná, por meio da SEED, determinou o atendimento a este segmento educacional na rede pública de ensino, mas também em “[...] escolas especializadas conveniadas com o estado, convênio este que garante a cedência de profissionais da área educacional às escolas conveniadas” (Zamproni, Batista & Lima, 2015, p. 2-3).

Com o passar dos anos, esse convênio e a parceria com o governo do estado suscitou diversos ajustes e a reorganização do trabalho pedagógico para a escolarização dos alunos com deficiência. Com a Resolução nº 3600/2011-SEED (Paraná, 2011), as escolas especiais foram reconhecidas legalmente como ‘escolas de educação básica, modalidade de educação especial’, e autorizadas a ofertar a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e a EJA-Fase I.

Apesar da mudança de nomenclatura, o público alvo das escolas especiais não se alterou. São alunos com deficiência intelectual e múltipla, transtornos globais do desenvolvimento com déficits significativos, tanto no funcionamento intelectual como nas relações sociais e de saúde.

Segundo Zamproni, Batista e Lima (2015, p. 4-5), nas escolas de educação básica, modalidade educação especial, as necessidades dos estudantes demandam “[...] atenção individualizada nas atividades escolares, apoio à autonomia e socialização, por meio de recursos específicos, suporte intensivo e continuado, bem como metodologias e adaptações significativas que a escola precisa ofertar, a fim de tornar-se efetivamente inclusiva”.

Os Pareceres CEE/CEIF/CEMEP 07/14 (Paraná, 2014) e CEE/CEIF/CEMEP nº 128/18 (Paraná, 2018c) apresentam normatização a esse atendimento. O público alvo é composto por estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual (associada ou não a outras deficiências ou transtornos) e com déficits significativos, que demandam do contexto escolar práticas pedagógicas com apoios contínuos e/ou pervasivos. Sob esse modelo, a escolarização acontece sob as divisões ‘educação infantil’, ‘ensino fundamental’ e ‘EJA-Fase I’.

; b) Educação Pré-Escolar, para crianças de quatro e cinco anos (Figura 1).

Na educação infantil são atendidas crianças de zero a cinco anos com atraso no desenvolvimento biopsicossocial, considerando as teorias do desenvolvimento integradas às áreas do conhecimento. Essa etapa subdivide-se em: a) Estimulação Essencial, para crianças de zero a três anos.

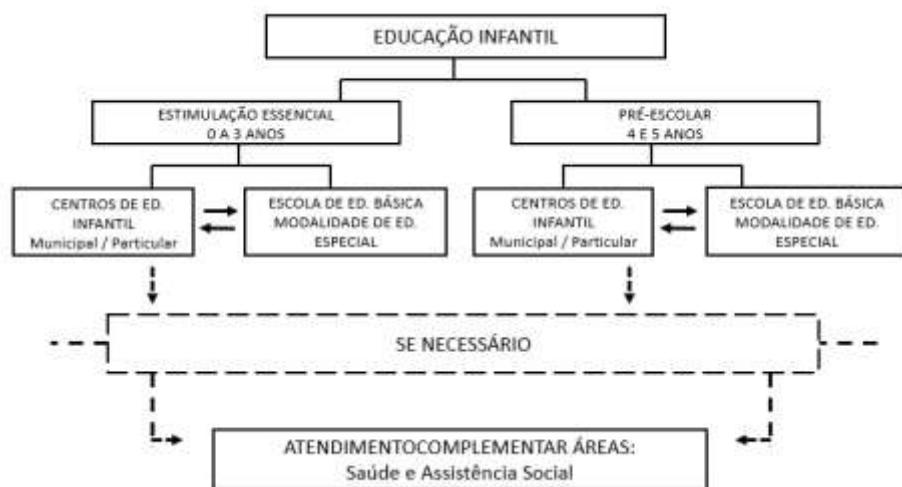


Figura 1 – Organização da educação infantil.

Fonte: Paraná (2014).

No ensino fundamental, com enfoque à alfabetização, o aluno tem a possibilidade de se aventurar no mundo da leitura e escrita por um período mais prolongado. Essa etapa está organizada em um ciclo contínuo com duração de 10 anos letivos: o primeiro ano composto de quatro etapas e o segundo ano de seis, que equivalem, respectivamente, ao 1.º e 2.º anos do ensino fundamental. No decorrer do processo, os estudantes com condições acadêmicas cognitivas e sociais para frequentarem a escola da rede comum de ensino podem ser transferidos (Figura 2).

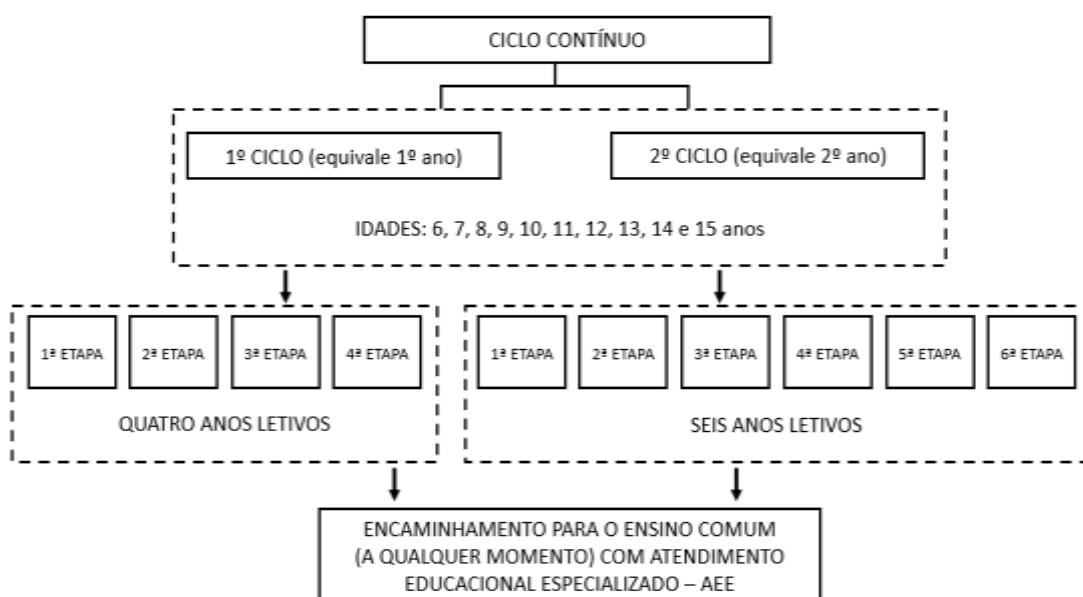


Figura 2 – Organização do ensino fundamental.

Fonte: Paraná (2018c).

Ao completar 15 anos de idade, se o aluno ainda não apresentar condições acadêmicas de migrar para o ensino comum, poderá continuar os estudos na EJA-Fase I (1º ao 5º ano), integrada à Educação Profissional – Formação Inicial, visando sua inserção no mundo do trabalho (Figura 3).

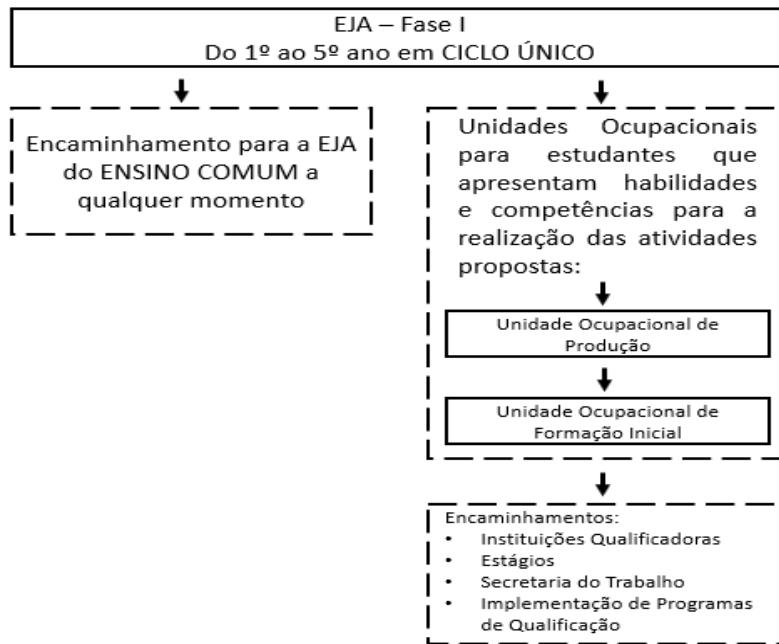


Figura 3 – Organização da EJA.

Fonte: Paraná (2018c).

A proposta descrita no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 (Paraná, 2014) “[...] é única no cenário educacional brasileiro com organização diferenciada da escola regular, pois foi elaborada para atender às especificidades dos estudantes com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento” (Paraná, 2018c, p.6).

Conforme definido na LDBEN (Brasil, 1996), uma base curricular deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, assim como das propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em todo o Brasil, estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades esperados de todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

Nesse sentido, a BNCC (Brasil, 2018) pretende aderir aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Trata-se, pois, de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, de modo a que tenham

assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o PNE (Brasil, 2014).

Buscando alinhamento à BNCC (Brasil, 2018) foi elaborado, em conjunto com diferentes segmentos representativos, o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações (Paraná, 2018a). Ainda no mesmo ano, o documento ‘Referências pedagógicas para as escolas especializadas do estado do Paraná’ (Paraná, 2018b), apresenta os objetivos de aprendizagem como uma sugestão curricular a ser seguida pelas escolas de educação básica, modalidade de educação especial. Tal documento oferece ao professor um referencial sequencial de conteúdos para cada etapa de ensino.

Na educação infantil, os eixos norteadores preconizam que os conteúdos sejam estimuladores de experiências significativas de aprendizagens permeadas pelo lúdico, pela socialização e pelo desenvolvimento neuropsicomotor e intelectual, possibilitando a evolução global de cada criança.

Na etapa do ensino fundamental, o documento está centrado na alfabetização, ou seja, no mundo da leitura, escrita e cálculos matemáticos, sem, contudo, abandonar a estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e sócio afetiva) e as atividades lúdicas e de socialização, para que a integralidade do estudante seja respeitada, bem como seu direito de ser criança, como orientam os documento legais vigentes, considerando o tempo e ritmo próprios de cada estudante da educação especial.

Ao completar 15 (quinze) anos, concluindo ou não o ensino fundamental, o estudante dará continuidade ao processo de escolarização na EJA-Fase I. Essa oferta corresponde à etapa do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (ciclo único), e os conteúdos curriculares deverão estar de acordo com as normativas propostas na BNCC (Brasil, 2018) e com o Referencial Curricular do Paraná (Paraná, 2018a), pautados em princípios, direitos e orientações, acrescidos dos conteúdos das unidades ocupacionais e estimulação das áreas cognitivas, psicomotora e socioafetiva, descritos no projeto político-pedagógico de cada instituição de ensino.

Nesse contexto, as APAEs do estado do Paraná se apresentam como fundamentais na materialização dos ciclos educacionais propostos e na aplicação de critérios que viabilizam a melhor escolarização possível aos estudantes com deficiência. Em levantamento realizado por Piaia, Rosseto e Almeida (2018, p. 11) os autores verificaram que “[...] das 398 escolas de educação básica na modalidade educação especial conveniadas com a SEED, 342 possuem como mantenedora as APAEs. Equivale a cerca de 85% das escolas conveniadas”. Segundo os autores,

tais dados evidenciam a importância das APAEs quanto ao atendimento aos estudantes da educação especial e à continuidade dos serviços prestados no estado.

Adotando essa política educacional, o Paraná mantém essas escolas com o seu caráter substitutivo de escolarização, denotando uma postura de valorização das APAEs e das instituições coirmãs.

A relevância da educação física e dos conteúdos esportivos na educação básica, modalidade educação especial

Existem duas linhas na educação física quando se trata de pessoas com deficiência: a educação física adaptada e a educação física inclusiva. Vale ressaltar que ambas têm objetivos iguais de desenvolvimento dos estudantes, mas diferem na maneira de fazê-lo. Na educação física adaptada os estudantes com deficiência praticam atividades físicas separadamente dos colegas, já na educação física inclusiva todos participam das mesmas atividades propostas.

Assim, a educação física adaptada pode ser conceituada como uma área da educação física escolar onde ocorre o desenvolvimento de jogos, brincadeiras, danças e esportes adaptados às necessidades dos alunos deficientes, objetivando superar a exclusão ou conseguir promover uma participação satisfatória de todos os alunos (Winnick, 2004).

Já a educação física inclusiva tem preconizado outro significado de corpo. Nas atividades, prevalece uma educação física mais coletiva, ficando as ações individuais em um segundo plano. Nessa perspectiva, o corpo deixa de ter um entendimento focado na dimensão biológica, passando-se a valorizar as possibilidades de movimento e a convivência social. Sob essa lógica, os objetivos pedagógicos das aulas de educação física são estabelecidos a partir das possibilidades de cada aluno (Ferreira & Cataldi, 2014).

Na BNCC (Brasil, 2018), a educação física é organizada por ciclos. Na elaboração do documento, não se buscou hierarquizar as dimensões desde as dos conhecimentos disciplinares ou do ordenamento de prioridade do trabalho pedagógico. Cada uma das dimensões exige diferentes abordagens e graus de complexidade, de acordo com o ciclo. Essa opção se deu pela possibilidade de aumentar a flexibilidade na delimitação dos currículos e a adequação às realidades locais. O documento oferece uma proposta de organização geral para a educação física do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (Quadro 2).

Quadro 2 – Disposição dos conteúdos da educação física – 1º ao 5º ano.

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
	1º e 2º Ano	3º, 4º e 5º Ano
Brincadeiras e Jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana
Esportes	Esportes de marca	Esportes de campo e taco
	Esportes de precisão	Esportes de rede/parede Esportes de invasão
Ginásticas	Ginástica geral	Ginástica geral
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	Danças do Brasil e do mundo Danças de matriz indígena e africana
		Lutas do contexto comunitário e regional Lutas de matriz indígena e africana
Lutas		

Fonte: Brasil (2018).

A educação física nas escolas de educação básica, modalidade de educação especial, é apresentada nas referências pedagógicas para as escolas especializadas do estado do Paraná (Paraná, 2018b), com a disposição dos conteúdos e habilidades. Porém, tais referências não contém uma progressão didática, ocasionando dificuldades em se estabelecer os conteúdos a serem abordados em cada uma das etapas apresentadas, bem como um distanciamento do que é aprendido em cada etapa, nas diferentes escolas desta modalidade (Quadro 3).

Quadro 3 – Disposição dos conteúdos da educação física – 1º ao 5º ano.

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO		
	1º CICLO (1ª a 4ª etapa)	2º CICLO (1ª a 6ª etapa)	EJA (Etapa única)
	1º ano	2º ano	1º ao 5º ano
Brincadeiras e Jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos da cultura popular no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil
Esportes	Jogos Esportivos de Precisão	Jogos Esportivos de Marca	Jogos Esportivos de Campo e Taco
			Jogos Esportivos de Rede/Parede
Ginásticas	Ginástica geral e reconhecimento do corpo	Ginástica geral e reconhecimento do corpo	Ginástica geral
Danças	Brincadeiras de roda e Cantigas de roda	Brincadeiras de roda e Cantigas de roda	Danças do Brasil e Matrizes Culturais
Lutas			Jogos de Lutas
Práticas corporais de Aventura			Jogos de Aventura

Fonte: Paraná (2018b).

Os esportes adaptados se destacam entre os conteúdos da educação física escolar ministrados nas APAEs paranaenses, desde as práticas pedagógicas ministradas nas aulas, que possuem eventos

culminantes próprios, até eventos esportivos promovidos pela entidade e pelos órgãos governamentais, em nível municipal, regional e nacional.

Nesse ínterim, os conteúdos esportivos devem ser pensados desde as manifestações formais até as mais diversificadas. A escolha de um esporte por uma pessoa com deficiência depende das oportunidades oferecidas, de sua condição econômica, de sua aptidão física, de seu desenvolvimento intelectual e do grau de sua deficiência, dentre outros fatores (Veríssimo & Ravache, 2006).

Sendo assim, ao relacionarmos o processo de ensino e aprendizagem às especificidades das escolas da modalidade de educação especial, a presença do professor de educação física – com capacitação específica e apoiado por programas de formação continuada na área – se justifica pela necessidade de identificação de necessidades e capacidades de alunos com deficiência, bem como de possibilidades e adaptações para os movimentos, visando facilitar a independência, autonomia e a inserção no processo de inclusão sócio-escolar (Freitas & Cidade, 1997).

Nesse sentido, Gorgatti e Costa (2008) defendem que os professores de educação física que atuam no universo da educação especial assumam um papel transformador, com competência específica, sendo atores vivos que constroem, mantêm e alteram significados sobre a área, sobre si próprios e sobre as atividades pelas quais respondem.

Dessa forma, é necessário discutir e problematizar o ensino do esporte nas escolas de educação básica, modalidade de educação especial.

Atividades esportivas curriculares e extracurriculares em escolas de educação básica, modalidade de educação especial

É largamente aceito o conceito atribuído ao esporte como ferramenta educadora e promotora da inclusão social, da saúde, da formação integral, da criação de vínculos com as instituições onde é desenvolvido, especialmente com a escola (Lettnin, 2005; Silva, 2009). No entanto, o esporte educacional e o esporte escolar competitivo, duas vertentes presentes nas escolas regulares e da modalidade de educação especial, precisam ser pautados em parâmetros próprios. Conforme apontam Sanchez e Rubio (2011), o esporte é um potente meio de educação quando bem implementado, contudo, o desenvolvimento inadequado da prática esportiva pode ser prejudicial ao jovem praticante.

Segundo Tubino (2010), o esporte educacional contempla a participação de crianças e adolescentes dentro e fora da escola, devendo ser referenciado nos princípios de inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade; já o esporte escolar é praticado por

jovens com algum talento para a prática esportiva e, embora compreenda competições entre escolas, não prescinde de formação para a cidadania, estando referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo.

Na vertente do esporte educacional, no caso das APAEs, atividades extracurriculares são eventos culminantes importantes no calendário estudantil. Respectivamente, são eventos realizados como fechamento de unidades de ensino, envolvendo a comunidade da escola e as famílias dos estudantes (no caso de conteúdos do componente curricular educação física) e, para aqueles que reúnem condições, de competições representando sua escola, seu município ou seu estado, com vistas à participação, inclusão e resultados (no caso do treinamento esportivo como prática extracurricular).

Em escolas especiais ocorrem diversos eventos extracurriculares. Segundo Leitão (2002), no movimento apaeano, o mais tradicional é a ‘Olimpíada das APAEs’, que ocorre desde 1973, a cada três anos, com etapas regionais e estaduais, culminando na etapa nacional. Esse evento denota um trabalho significativo de iniciação esportiva a um grande número de estudantes com deficiência.

Algumas considerações são necessárias, no sentido de abordar o papel do esporte nas APAEs. Segundo Silva (2009), a pedagogia da competição precisa compreender o valor da humanização das relações interpessoais. No âmbito da educação especial, a aplicação desse conceito e de ações educativas nesse sentido têm fundamental relevância ao pensarmos na inclusão social de estudantes com deficiência por meio do esporte.

É prioritário, pois, que o esporte desenvolvido na escola receba um tratamento pedagógico comprometido com a educabilidade do sujeito, superando os estigmas ligados a vitórias e derrotas e priorizando desafios pessoais e coletivos a serem vencidos. Sob esse prisma, o esporte ensinado nas aulas de educação física e vivenciado em competições escolares pode facilitar variadas aprendizagens e favorecer a inclusão social dos estudantes (Rosário & Darido, 2005; Silva, 2009; Tubino, 2010).

Segundo Reverdito et al. (2008), sob a perspectiva educacional, as competições geralmente promovem um congraçamento rico em manifestações sociais e culturais ativas e motivadoras. Corroborando, Scaglia (2005) traz um alerta que, aplicado à educação especial, ganha importância e ajuda a estabelecer objetivos exequíveis e significativos. Para o autor, é necessário que a competição se desenvolva “[...] não como um jogo de alguém contra alguém, mas sim no jogar com alguém e contra si próprio, como um marco de referência para uma autoavaliação. O objetivo da competição deve estar voltado também para autosuperção e busca de autoestima” (p. 4).

Diante do exposto, observa-se a convergência entre tais princípios e o esporte preconizado no ambiente da educação especial. Na prática, os preceitos do esporte escolar e do esporte educacional

precisam ser valorizados e colocados em prática no contexto da educação especial, em que as APAEs estão inseridas.

Considerações finais

O percurso histórico apresentado neste estudo evidencia um processo de valorização gradativa das pessoas com deficiência na sociedade, em especial as que se encontram em idade escolar. Essa valorização se dá em virtude das constantes lutas, da mudança de paradigmas e do incansável trabalho realizado por diferentes associações e segmentos da sociedade.

Surgida como rede de apoio às famílias com crianças e adolescentes com deficiência – outrora ‘protegidos’ em casa dos riscos sociais e de interpretações errôneas sobre suas condições e possibilidades –, a APAE foi criada com o propósito de oferecer um atendimento especializado a pessoas com deficiência, então denominadas ‘excepcionais’. No início, esses atendimentos eram realizados apenas em grandes centros urbanos, e tinham um direcionamento voltado ao cuidado e ao assistencialismo, com pouca interação no campo pedagógico. Com o passar dos anos, o crescente movimento de ampliação e difusão das APAEs por todas as regiões do Brasil tornou essa entidade uma referência mundial no atendimento a essa população. E, gradativamente, esse atendimento passou a priorizar os aspectos educacionais.

No Paraná, as APAEs, de forma organizada, conseguiram manter suas escolas especiais, atuando na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na primeira fase da EJA. A exitosa integração dessas escolas ao sistema estadual de ensino – com as mesmas prerrogativas de escolas ‘comuns’, como matrículas, sistema de avaliação, expedição de documentos escolares, dentre outras – pode ser considerada uma referência, apresentando um modelo de organização replicável a outras unidades da federação. Em relação ao esporte, a conquista permitiu o acesso a esse fenômeno educacional por uma via extra: o componente curricular educação física.

Destaca-se, nesse processo, a articulação entre a educação especial e o ensino comum no estado do Paraná. O sistema de promoção da educação especial e o encaminhamento a qualquer momento do processo formativo ao ensino comum, com atendimento especializado são passíveis de referenciamento a outras unidades federativas brasileiras.

Tanto na perspectiva da inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular quanto para o exercício profissional em escolas da modalidade de educação especial, como é caso das APAEs paranaenses, os dados trazidos pelo estudo evidenciam a necessidade de formação específica e continuada de professores de educação física, para atuação nas aulas da disciplina e nas atividades esportivas extracurriculares.

Nesse contexto, verifica-se que, ensinado e vivenciado no ambiente escolar especial, o esporte desenvolve papel fundamental no processo de desenvolvimento físico e intelectual e na inclusão social de estudantes com diferentes deficiências.

Referências

- APAE Brasil. (2018). *Mapa por Estados: dados APAEs por UF*. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/conteudo/mapa-das-apaes-2018>. Acesso em: 24 nov. 2025.
- Aranha, M.S.F. (2005). *Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos*. Brasília, MEC/SEE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- Araújo, P.F. (2011). *Desporto adaptado no Brasil*. São Paulo: Phorte, 2011.
- Barros, J.D. (2012). Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion*, 12, 129-159. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332>. Acesso em: 02 set. 2025.
- Bezerra, G.F. (2020). Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): delineamento de uma gênese histórica. *Cadernos de Pesquisa*, 27(1), 97-123. doi: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v27n1p97-123>.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/governanca-do-setor-de-defesa/legislacao-basica-1/arquivos/2022/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil.pdf/view>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- Brasil. (1996). *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 ago. 2024.
- Brasil. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESPE. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- Brasil. (2014). *Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/lei/113005.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.
- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.
- Ferreira, E.L.; Cataldi, C.L. (2014). Implantação e implementação da Educação Física Inclusiva. *Revista Educação Especial*, 27(48), 79–94. doi: <https://doi.org/10.5902/1984686X7635>.

Freitas, P.; Cidade, R.E. (1997). *Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus*. Uberlândia: Breda.

Gorgatti, M.G.; Costa, R.F. (2008). *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. 2. ed. Barueri: Manole.

Hykavei Júnior, P. (2022). *A Educação Física Escolar nas APAEs Paranaenses: Diálogos, desafios e perspectivas*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3639>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2022). *Censo 2022*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 24 nov. 2025.

Leitão, M.T.K. (2002). *Perspectivas de atuação profissional: um estudo de caso das Olimpíadas Especiais*. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/265951>. Acesso em: 30 mai. 2025.

Lettnin, C.C. (2005). *Esporte escolar: razão e significados*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102627>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Lopes, E.; Marquezine, M.C. (2012). Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. *Rev. bras. educ. espec.*, 18(3), 487-506. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v18n03/v18n03a09.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Mariussi, M.I.; Gisi, M.L.; Eyng, A.M. (2016). A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 22(3), 443-454. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFXWwtHPshmPwhDbg4bZxtj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Oliveira, M.M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.

Paes, R.R. (2002). A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: Rose Junior, D. et al. *Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência*. Porto Alegre: Artmed, 89-98.

Paraná. (2009). *Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão*. Curitiba: SEED/DEEIE. Disponível em: https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/politica_estadual.pdf. Acesso em: 11 mai. 2025.

Paraná. (2011). *Resolução nº 3.600/11 SEED*. Altera a denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, a partir do início do ano letivo de 2011. Curitiba: SEED. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/coletanea2011.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

Paraná. (2014). *Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 de 07 de maio de 2014*. Análise e parecer da Proposta de Ajustes na Organização das Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação

Especial, para oferta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos iniciais (1º e 2º anos), da Educação de Jovens e Adultos – Fase I e da Educação Profissional, aprovada pelo Parecer CEE/CEB nº 108/10, de 11/02/10. Curitiba: SEED/CEE/CEIF/CEMEP. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Pareceres_2014/Bicameral/pa_bicameral_07_14.pdf. Acesso em 26 jun. 2025.

Paraná. (2018a). *Referencial curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações*. Curitiba: SEED. Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/PR/Parana Referencial Curricular 2018 CE E.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

Paraná. (2018b). *Referências pedagógicas para as escolas especializadas do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/referencias_pedagogicas_escolas_especializadas_parana.pdf. Acesso em 19 jun. 2025.

Paraná. (2018c) *Parecer CEE/CEIF/CEMEP Nº 128/18*. Curitiba: SEED/DEE. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Ementarios/2018/Ementario_novembro_Bicameral.pdf. Acesso em 26 jun. 2025.

Piaia, T.M.; Rossetto, E.; Almeida, L.F.G. (2018). Escola de educação básica na modalidade educação especial: o Estado do Paraná. *Revista Eletrônica de Educação*, 2(2), 516-529. doi: <https://doi.org/10.14244/198271992209>.

Reverdito, R.S. et al. (2008). Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. *Pensar a prática*, 11(1), 37-45. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v11i1.1207>.

Rosário, L.F.R.; Darido, S.C. (2005). A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. *Motriz*, 11(3), 167-178. doi: <https://doi.org/10.5016/78>.

Rosseto E.; Piaia, T.M. (2015). A escola de educação básica na modalidade de educação especial no estado do Paraná. *Crítica Educativa*, 1(2), 98-109. doi: <https://doi.org/10.22476/revcted.v1i2.38>.

Sanchez, S.M.; Rubio, K. (2011). A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 825-842. doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400010>.

Scaglia, A.J. (2005) Jogo: um sistema complexo. In: Freire, J.B.; Venâncio, S. *O jogo dentro e fora da escola*. Campinas: Autores Associados, 37-69.

Silva, A.G. (2000). *A educação profissional de pessoas com deficiência mental: a história da relação educação especial/trabalho na APAE-SP*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/182499>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Silva, S.A. (2009). *As competições esportivas na escola como fator pedagógico de inclusão social*. Curitiba: SEED/ Dia a dia Educação. Disponível em: <https://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1563-8.pdf>. Acesso em 02 abr. 2025.

Tubino, M.J.G. (2010). *Estudos brasileiros sobre esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem.

Veríssimo, A.W.; Ravache, R. (2006) *Atletismo Paraolímpico: Manual de orientação para professores de Educação Física*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/272d24d361c697d4e2d6e06f6203f93c32be.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025.

Winnick, J.P. (2004). *Educação Física e Esportes Adaptados*. 3. ed. Barueri: Manole.

Zamproni, E.C.B.; Batista, M.L.A.; Lima, H. (2015). *Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial: a opção do Paraná*. Curitiba: Educere.